

**ANAIS
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO**

CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS

**SEGUNDA SESSÃO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA
DE 3 DE AGOSTO A 1 DE SETEMBRO DE 1887**

VOLUME IV

**RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL**

1887

ÍNDICE¹

DAS

MATÉRIAS CONTIDAS NESTE VOLUME

Correspondência

Do **Senado** – De 2 de Agosto, comunicando que foi adotado e vai ser dirigido a sanção imperial o decreto da Assembleia Geral que fixa a força naval para o 2º semestre de 1888. P. Sem informação

Do **Ministério da Justiça** – De 1º do corrente, transmitindo por cópia as informações prestadas pelos presidentes das províncias do Amazonas, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catharina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás, sobre a criação ou supressão de varas municipais nos termos das mesmas províncias, deixando de remeter as de outros presidentes por não haverem sido ainda ministradas. P. 12

Do **Senado** – De 4 do corrente, comunicando constar-lhe ter sido sancionada a resolução da Assembleia Geral que aprova a pensão de 60\$ concedida por Decreto de 19 de Janeiro de 1883 ao padre Felix Fleury Alves de Amorim, pároco colado da freguesia de Santa Rita do Paranaíba, da diocese e província de Goiás. P. 39

Do **Ministério da Marinha** – De 2 do corrente, devolvendo informado o requerimento em que Ignacio Alves da Penha, ex-sargento ajudante da companhia de aprendizes artífices, pede ser reformado naquele posto. P. 39

Do **Ministério da Agricultura** – De 4 do corrente, transmitindo cópia do aviso de 22 de Abril último expedido á presidência do Paraná, aprovando a decisão que mando declarar ao coletor da vila de Palmeiras, que o genro não pôde matricular os escravos da sogra, sem apresentar procuração que legalmente o habilite. P. 39

Do **Ministério da Fazenda** – De 1º do corrente, devolvendo informado o requerimento em que a diretoria do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, pede isenção de direitos para diversos objetos que pretende importar e bem assim dos impostos sobre duas loterias que lhe foram concedidas por lei provincial. P. 39

Do **Dr. Francisco Viveiros de Castro** – De 6 de Julho último, comunicando que naquela dada prestou juramento e tomou posse do cargo de presidente da província do Piauí, para o qual foi nomeado por carta imperial de 3 de Junho último. P. 68

Do **Sr. deputado José Lourenço da Costa Aguiar**, pedindo licença para retirar-se desta Corte, afim de tratar de sua saúde. P. 91

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

Do **Ministério da Fazenda** – De 5 do corrente, transmitindo informado o requerimento em que o coronel Gabriel Marques Coutinho, ex-coletor da capital de São Paulo, pede restituição de quantias que diz ter indevidamente pago e seus respectivos juros. P. 91

Do **Ministério do Império** – De 8 do corrente, comunicando, em resposta ao ofício da Câmara, de 4 do mesmo mês, que Sua Alteza Imperial a Regente ficou inteirada das pessoas que compõem a mesma da mesma Câmara no 4º mês da atual sessão. P. 110

Do **mesmo Ministério** – De 8 e 9 do corrente:

Transmitindo cópia do decreto de 4 do corrente, pelo qual concedeu-se, repartidamente, a pensão de 1\$400 aos menores Paula Francisca Nery e José Nery de Oliveira Araujo, irmãos do 2º sargento do corpo militar de polícia da corte Antonio Nery de Oliveira Araujo, que faleceu em consequência de ferimentos mortais recebidos em ato de serviço. P. 131

Devolvendo, informado, o requerimento em que os empregados da secretaria da Escola Politécnica pedem sejam seus vencimentos equiparados aos de igual categoria da Escola de Medicina. P. 131

Remetendo uma representação à Câmara Municipal da Corte relativa ao lançamento e cobrança do imposto sobre veículos. P. 131.

Do **Sr. deputado Antonio Joaquim Rodrigues Junior** – De 11, comunicando que por incômodo de saúde deixou de comparecer à sessão de ontem e não o faz a de hoje. P. 165

Do **Ministério da Agricultura** – De 10 do corrente, transmitindo, em solução à requisição constante do ofício de 25 do mês próximo passado, cópia do contrato feito com a presidência de Minas Gerais para a construção da estrada de ferro Rio e Minas, e bem assim os decretos relativos à via-férrea de que se trata; e dando informações sobre a quantia despendida com a referida estrada por conta da garantia de juros. P. 165

Do **Senado** – de 11 do corrente, comunicando ter-lhe constado, por ofício de 6 do mesmo mês, haver sido sancionado o decreto da Assembleia Geral, que fixa a força naval para o 2º semestre de 1888. P. 181

Do **Ministério da Agricultura** – De 12 do corrente:

Comunicando, em resposta ao ofício de 26 de Julho último, que pelo mesmo Ministério ficam incumbidos de estudar as condições de navegabilidade do Rio das Velhas, o engenheiro Emmanuel Liais, o 1º tenente da armada Francisco Manoel Alvares de Araujo e o engenheiro Benjamim Franklin. P. 199

Transmitindo, em resposta ao ofício de 8 do mesmo mês, os seis últimos relatórios apresentados pelo diretor da Colônia Isabel, de Pernambuco, a qual se acha contemplada no orçamento com a subvenção de 20:400\$000. P. 199

Do **Ministério da Justiça** – De 11 do corrente, comunicando que aguarda, afim de ser oportunamente enviada à Câmara, a cópia do processo instaurado *ex-officio* contra Jovino

Fagundes Cotrim, na cidade de Caetité, e que foi exigida do presidente da província da Bahia. P. 230

Do **Sr. Ministro da Fazenda** – De 13 do corrente, pedindo designação de dia e hora para apresentar uma proposta do Poder Executivo. P. 230

Do **Ministério da Guerra** – de 13 do corrente, restituindo, devidamente informados, os papeis relativos ao alferes do 15º batalhão de infantaria Mauricio Antonio de Lemos e tenente da mesma arma Alfredo Ferreira Mario, os quais pedem: esta prorrogação de licença por um ano e aquele um ano de licença para tratar de sua saúde. P. 253.

Do **Ministério da Agricultura** – De igual data, declarando em resposta ao ofício de 8 de Junho, que por aviso de 27 de Maio último foi concedida à Câmara Municipal da vila de Abaeté, província do Pará, para seu patrimônio, meia légua quadrada de terras devolutas. P. 253.

Do **Sr. deputado Antonio Coelho Rodrigues** – de 17 do corrente, pedindo licença para retirar-se desta Corte, à vista do seu estado de saúde. P. 285

Do **Ministério da Guerra** – de 16 do corrente, devolvendo, informado, o requerimento em que o capitão reformado do exército José Joaquim Pinto de Azeredo pede ao Poder Legislativo melhoramento de reforma. P. 285

Do **Sr. Conselheiro Carlos Frederico Castrioto**, Ministro da Marinha, comunicando que, tendo sido convidado pelo Senado para assistir às discussões do orçamento do ministério a seu cargo, não poderá, enquanto elas durarem, comparecer às sessões da mesma Câmara. P. 285

Do **Ministério da Agricultura** – De 18 do corrente, remetendo exemplares do folheto que acaba de ser publicado, tratando de questões suscitadas a respeito dos estudos da estrada de ferro Madeira e Mamoré. P. 300

Do **Ministério da Fazenda** – De igual data, devolvendo informado, o requerimento em que monsenhor Nuno de Faria Paiva, vigário da freguesia de Santa Anna desta Corte, pede restituição da importância dos direitos que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da mesma freguesia pagou na Alfandega por objetos destinados as obras da dita igreja. P. 300

Do **Sr. deputado Domingos de Andrade Figueira** – Desta data comunicando que deixa de comparecer às sessões por ter fallecido pessoa de sua família. P. 341

Do **Sr. deputado Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho** – De igual data, participando não poder comparecer à sessão por alguns dias. P. 341.

Do **Ministério da Fazenda** – De 18 do corrente, remetendo, em satisfação ao ofício da Câmara de 26 de Julho último, os documentos e informações que instruíam o recurso da companhia *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil, limited*, concernente ao pagamento que deixou de satisfazer do imposto de transmissão de propriedade, e bem assim a ordem do mesmo Ministério n. 61 de 20 do citado mês, a Tesouraria de Fazenda da província de Minas Gerais, comunicando-lhe a decisão dada pelo Tribunal do Tesouro ao dito recurso. P. 341

Do **mesmo Ministério** – De 20 do corrente, devolvendo informado o requerimento em que os empregados da Caixa de Amortização pedem sejam seus vencimentos igualados aos de igual categoria do Tesouro e Alfandega. P. 356.

Do **Ministério do Império** – De 23 do corrente, remetendo cópia do decreto de 18 do corrente, pelo qual concedeu-se a pensão de 150\$ mensais a D. Alexandrina de Mattos Calmon, viúva do desembargador Miguel Calmon du Pin e Almeida. P. 376

Do **Ministério da Agricultura** – De 23 do corrente, remetendo um plano da Memória descritiva e justificativa do projeto de melhoramento do porto do Recife, que acaba de ser publicada. P. 401

Do **Ministério da Justiça** – De 24 do mesmo mês, remetendo em resposta ao ofício de 20 deste mês, o extrato do que consta com relação ao exercício e antiguidade do juiz de direito Manoel do Nascimento Teixeira, declarando que o referido juiz esteve em disponibilidade por não ter solicitado no prazo legal o título de remoção para a comarca de Santarém, e nada tem a opor contra a aposentadoria do mesmo magistrado, uma vez provada a sua incapacidade física ou moral, e sendo o ordenado proporcional ao tempo de serviço contado na forma da legislação em vigor. P. 401.

Do **Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa**, de 20 do referido mês, comunicando que, nessa data, tomou posse e prestou juramento do cargo de presidente da província de Minas Gerais. P. 401

Do **Sr. Ministro da Marinha** – Desta data, pedindo a designação de dia e hora para apresentar uma proposta do Poder Executivo. P. 430.

Do **Ministério da Fazenda** – De 25 do corrente, devolvendo informado, o requerimento em que a diretoria da Companhia de Minas de Assuruá na província da Bahia, pede restituição de quantias com que entrou para os cofres públicos em pagamento de direitos, de que se julga isenta. P. 430

Do **Ministério dos Negócios da Guerra** – De 25 do corrente, transmitindo, informado, o requerimento em que D. Ignacia Candida da Graça Menezes, viúva do alferes reformado do exército Rodrigo Lopes da Cunha Menezes, a qual pede a concessão da pensão que percebia o dito seu marido. P. 454

Do **Ministério da Justiça** – De 25 do corrente, enviando as informações solicitadas pela Câmara, sobre a licença obtida pelo juiz de direito do Tamboril. P. 454

Do **Ministério da Fazenda** – De 26 do corrente, devolvendo, informado, o requerimento em que os escriturários e o continuo da Imprensa Nacional pedem sejam seus vencimentos equiparados aos dos empregados da mesma categoria da Casa da Moeda. P. 474

Do **Ministério do Império** – De 30 de Agosto último, prestando as informações que foram pedidas sobre a criação de um bispado na província do Amazonas. P. 523.

Do **mesmo Ministério** – de 1 do corrente, transmitindo, por cópia, o decreto pelo qual Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, houve por bem prorrogar a atual sessão da Assembleia Geral. P. 552.

Da **presidência do Ceará** – De 13 de Agosto último, remetendo dois exemplares da Fala que dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província no dia 1º do mês próximo findo, por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária. P. 552

Requerimentos apresentados por deputados

Do **Sr. Pedro Beltrão** – Requeiro pelo Ministério da Justiça, cópia do ato pelo qual foi dispensado do respectivo posto, por tempo indeterminado, o coronel comandante superior da guarda nacional das comarcas de Olinda e Iguassú, na província de Pernambuco, Manoel do Nascimento Vieira da Cunha. P. 2

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo qual o motivo por que persistem as autoridades de Campinas, província de São Paulo, em não mandar proceder a auto de corpo de delito em indivíduos que se lhe apresentam seviciados ou espancados, como sucedeu ultimamente, entre outros casos, com o cidadão Antonio Cruz, que foi agredido em uma das ruas da cidade, e, do que consta, por soldados de linha, sem que fosse tomada a menor providência para sindicado do fato e capturar os culpados. P. 2

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se é exato haver o vice-presidente de Minas Gerais, nomeado vários oficiais subalternos da guarda nacional, sem proposta dos comandantes dos respectivos corpos, nem informação do comandante superior, e, no caso afirmativo, se aprova semelhante ato contrário à disposição expressa da lei. P. 2

Do **Sr. Alvaro Caminha** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se peçam as seguintes informações:

1ª Se os juizes de direito do Tamboril e S. Benedicto, no Ceará, em Abril e Junho deste ano, retiraram-se de suas comarcas, sem licença, para a capital e para o Sobral;

2ª Que providências foram tomadas para fazer cessar semelhante abuso. P. 8

Requeiro quem, por intermédio do Ministério do Império, se peçam as seguintes informações:

Se antes de 11 de Novembro do ano passado, o presidente da província expediu ao juiz municipal dos Milagres, Antonio Joaquim do Couto Cartaxo, algum officio a respeito da suposta falsificação do livro da revisão dos jurados de 1877.

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, se peçam as seguintes informações:

1ª Há quantos anos serve como juiz de direito do Jardim, no Ceará, o Dr. Antonio Lopes da S. Barros;

2ª Se já foi interposto algum recurso de suas decisões em matéria eleitoral;

3ª Em que pé se acha o processo que a Câmara dos Deputados mandou instaurar pela falsificação da eleição a que se procedeu em Milagres, termo da mesma comarca, em 1884.
P. 8

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, se obtenham do presidente do Ceará as seguintes informações:

- 1ª Se da ata da sessão do Tribunal da Relação em 5 de Outubro último, consta que *não se tomou conhecimento* do recurso interposto da sentença anulatória proferida pelo juiz de direito de Sobral a respeito da eleição de vereadores, a que se procedem em 1º escrutínio na paróquia de Aracatiaçu;
- 2ª Se no mesmo sentido *de não se haver tomado conhecimento do recurso* foram feitas as comunicações oficiais do presidente da Relação ao da província e ao juiz de direito respectivo;
- 3ª Se existe nos autos, antes do acórdão de 5 de Outubro, um outro que foi cancelado, e qual seu teor e assinatura, se ainda forem legíveis;
- 4ª Se o aludido recurso, de que se não tomou conhecimento, foi interposto depois da apuração geral e final do 2º escrutínio e dentro do prazo legal;
- 5ª Se era interessado no aludido recurso como parte, como recorrente ou de qualquer outro modo algum cunhado do juiz de direito recorrido; se tinha obtido algum voto em Arataiaçu, e se a decisão a proferir sobre tal recurso podia atacar sua eleição de vereador;
- 6ª Se foi articulada a suspeição do juiz de direito na forma da legislação em vigor, ou ao menos se houver algum processado a tal respeito;
- 7ª Cópia das decisões até hoje proferidas sobre aquela eleição em 1ª e 2ª instância. P. 8

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, se obtenham, do presidente do Ceará, as seguintes informações:

- 1ª Quantos escravos se achavam matriculados em Milagres, quando foi promulgada a lei provincial n. 2034 de Outubro de 1883, que estabeleceu o imposto anual de 100\$ sobre escravos; multa de igual quantia por todo aquele que, no prazo de 60 dias, não fosse dado à matrícula especial criada pela mesma lei; o imposto de 1:500\$ por cada escravo que saísse da província ou de novo entrasse em qualquer município; o imposto de 50\$ pelo registro de cartas de liberdade conferidas com a cláusula de prestação de serviços por mais de três anos; multa de igual quantia por toda aquela que, em tais condições, não fosse registrada no prazo de 30 dias;
- 2ª Quantos escravos foram, naquele município, matriculados dentro do prazo de 60 dias, estabelecido pela mesma lei, quantos faleceram, foram libertados ou saíram para outra província e quantos restavam, quando teve lugar a libertação total da província, em 25 de Março de 1884;
- 3ª Em que data a administração pública foi informada de que em Milagres ainda havia escravos, contra o que haviam declarado todos os jornais;
- 4ª Quantos eleitores possuíam escravos e em que numero;

- 5ª Quais as providências tomadas, pela presidência e pela tesouraria provincial, para a cobrança dos impostos e multas devidas pelos senhores de tais escravos;
- 6ª Cópia da correspondência trocada a tal respeito, entre a presidência e a tesouraria provincial, entre àquela e o juiz municipal de Milagres Dr. Antonio Joaquim do Couto Cartaxo, e entre a tesouraria e o coletor de Milagres;
- 7ª Qual a importância arrecadada de impostos e multas gerais e provinciais, criadas pela referida lei, desde sua execução até a última eleição geral, que teve lugar a 15 de Janeiro de 1866;
- 8ª Em que datas foram alforriados os aludidos escravos, se condicional ou incondicionalmente e em que número, e o destino que tiveram os outros;
- 9ª Que quantias têm sido arrecadadas desde a execução da citada lei provincial, até a data da informação que for prestada, com especificação dos nomes dos contribuintes ou multados, da época da arrecadação do imposto ou multa, e se foram cobrados executivamente, tudo, com relação somente ao município de Milagres. P. 8

Do **Sr. Ratisbona** – Requeiro o adiamento da discussão (do orçamento da guerra) por 24 horas. P. 8

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelos Ministérios de Estrangeiros e Agricultura, informe o governo se prestou contra a circular em que o governo alemão dissuade os seus compatriotas de emigrarem para o Brazil, afirmando que só aqui encontrarão perseguições e miséria. P. 13

Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, se requisite do governo uma relação especificada de todos os processos em que a fazenda pública é interessada, que de dívida ativa quer de natureza diversa. P. 14

Requeiro que, pelo Ministério de Estrangeiros informe o governo se a demarcação das fronteiras do Império com a República do Peru no rio Ica, sofreu impugnação do governo dos Estados-Unidos da Columbia, e, no caso afirmativo, quais os termos dessa impugnação e qual a resposta que lhe deu o governo imperial. P. 41

Requeiro que, pelo Ministério de Estrangeiros, informe o governo se considera inoportuno promover a fixação das fronteiras do Império com a Guianas e com a Nova Granada e que providências têm sido tomadas para impedir a ocupação por estrangeiros da zona que supõe-se pertencer ao domínio do Brasil. P. 41

Do **Sr. Pedro Beltrão** – Requeiro que se solicitem do governo informações sobre os motivos que determinaram a distribuição de graças honoríficas para o 1º distrito da província de Pernambuco, por onde é candidato um dos membros do gabinete, o conselheiro Manoel Portella. P. 41

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, preste ao governo informações acerca dos atos arbitrários praticados pelo inspetor da Alfândega de Porto Alegre, o qual, entre outros fatos, proibiu, sem motivo, ingresso na repartição a seu cargo ao

importante negociante importador Gabriel Pinto da illegível, recusando-se a dar certidão da respectiva portaria. P. 70

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo que providências têm sido tomadas para solver o conflito suscitado entre a municipalidade e a administração judiciária de Tatuí, província de São Paulo, e o respectivo delegado de polícia, que tem praticado toda sorte de excessos. P. 70

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelos Ministérios da Marinha e da Guerra, informe o governo se tem conhecimento da moção ontem votada no Clube Militar, na qual se propôs e foi aprovado que à vista da indiferença do mesmo governo em relação aos meios defesa de que dispõem o exército e a armada atualmente, fossem nomeadas comissões encarregadas de indicar quais as providências que, quanto antes, devem ser adoptadas para garantia da nação e quais as reformas urgentes a que se deve atender, e, no caso afirmativo, o que pensa e pretende fazer com referência à referida moção. P. 91

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se é exato que pretende lançar mão do recrutamento para preencher os claros do exército. P. 91

Requeiro que sobre o projeto n. 46 A de 1887, relativo ao voto incompleto na eleição de deputados provinciais, seja ouvida a comissão mista nomeada pelo Senado e pela Câmara para rever o regulamento de 13 de Agosto de 1881 e propor medidas para a boa execução da lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881. P. 96

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo que providências têm sido tomadas ultimamente para assegurar a conservação da estrada União e Indústria, na extensão compreendida entre Petrópolis e Entre Rios. P. 111

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo geral o motivo por que foi preso na cidade do Alegrete, província do Rio Grande do Sul, o cidadão Alfredo Nunes, redator do *Monitor*, na mesma localidade. P. 111

Do **Sr. Alvaro Caminha** – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, se obtenha a seguinte informação:

Qual o resultado do processo que foi instaurado, na comarca de São Bento, província do Maranhão, contra Francisco Joaquim de Souza, pelo crime de reduzir à escravidão pessoa livre? P. 111

Do **Sr. Pedro Beltrão** – Requeiro pelo, Ministério da Justiça, informações sobre a prisão incomunicável de Arthur Martines, italiano, e João Epiphanio, na cidade de Nazareth, em Pernambuco, sem que, até as ultimas noticias, tivessem os presos tido nota de culpa. P. 111

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se solicitem informações sobre as providências empregadas pela presidência de Pernambuco na pressão do escândalo constante da seguinte notícia, que publica na sua gazetilha o *Jornal do Recife* de 29 de Julho último:

Grande violência – Ao nosso escriptorário veio hoje da cidade da Vitoria o cidadão Manoel Gomes da Silva, de idade de 40 anos, casado, com oito filhos, queixar-se-nos de grandes

violências e sevícias praticadas em sua pessoa pelo subdelegado do 2º distrito daquela cidade, Joaquim Tenorio.

Sem que motivo tivesse dado e somente por intrigas, em dias da semana atrasada, foi preso por aquele subdelegado em sua fazenda Miringaba, e posto no tronco durante cinco dias, sendo quotidianamente seviciado, conservando ainda no corpo, que examinamos, vestígios dessas sevícias.

Por intervenção do Dr. Juiz de direito da comarca, cuja proteção foi pedir a mulher de Manoel Gomes, banhada em lágrimas, foi ele transportado do tronco de Miringaba para a cadeia, onde se conservou por mais de seis dias, sendo afinal solto por ordem do mesmo juiz de direito.

Esse fato, tão horroroso, não pôde ficar impune. Ele revolta os homens mais frios e depõe dos nossos costumes, o Sr. Dr. Chefe de polícia deve sindicá-lo com escrupulo e imparcialidade punir essa autoridade criminoso, contra a qual se alegam fatos que aviltam o cargo que exerce.

Manoel Gomes julga-se impedido de transportar-se para a cidade da Vitoria, tendo diante de si ou o crime em desforço de sua honra ou ser vítima de novas violências.

Permitiram isto o Sr. Dr. Chefe de polícia e o presidente da província? P. 111

Do Sr. Affonso Celso Junior – Requeiro que, pelo Ministério de Estrangeiros, se requisite do governo cópia de todas as comunicações até hoje recebidas do chefe da comissão de limites com a República Argentina. P. 131

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo que providências têm sido tomadas ultimamente para o prosseguimento dos trabalhos da estrada D. Francisco, província de Santa Catharina, e se é satisfatório o estado atual dessa estrada. P. 132

Do Sr. Custodio Martins – Requeiro que o governo informe:

1º Quais as providências tomadas pelo Ministério do Império para impedir a propagação da varíola na província do Espírito Santo:

2º Se essas providências têm sido reclamadas e, no caso afirmativo qual a razão de não terem sido atendidas as reclamações. P. 132

Do Sr. Affonso Celso Junior - Requeiro que, por intermédio do Ministério da Fazenda, informe o governo se foi regularmente constituída a fiança do coletor da cidade da Januária, província de Minas Gerais. P. 166

Requeiro que, pelo Ministério da Guerra, se requisite do governo cópia das últimas comunicações recebidas pela Repartição de Quartel-Mestre General acerca das condições em que se acha a internada de Saicã, na província do Rio Grande do Sul. P. 166

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se durante a epidemia do cólera-morbo nas republicas do Sul, recebeu a Companhia Nacional de Navegação á Vapor subvenção por viagem de Montevidéu a Mato Grosso. P. 181

Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo o seguinte:

1º A quanto monta a quantia proveniente da subscrição feita pelo comércio da Corte e destinada à fundação de um asilo de inválidos da pátria – de que se acha de posse o governo?

2º Que aplicação pensa dar à referida quantia?

3º Por que motivo não consente sejam averbadas em nome da Associação Comercial as apólices que esta comprou para o indicado fim? P. 181

Do **Sr. Jaguaribe Filho** – Requeiro que, pelo Ministério da Guerra, informe o governo o motivo pelo qual não foram prestadas as honras militares ao bravo major Raymundo Duarte Bezerra, falecido e sepultado ontem neta Corte. P. 199

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo qual o motivo por que não tem sido submetido a julgamento na cidade do Rio Pardo, província de Minas Gerais, o processo do tenente Athanasio Silva, vítima da perseguição do juiz municipal daquele termo. P. 199

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste informações o governo acerca da perturbação da ordem pública, de que tem sido teatro ultimamente a vila de Nossa Senhora da Boa Vista do Tremedal, província de Minas Gerais, provocada pelas respectivas autoridades policiais. P. 199

Dos **Srs. Affonso Celso Junior e Custodio Martins** – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo, se tem conhecimento do ato do 1º vice-presidente da província do Espirito Santo, que depois de encerrada a matricula dos respectivos escravos, requerem fossem corrigidas as suas declarações, mandando o presidente da província o requerimento a Tesouraria de Fazenda para informar. P. 236

Do **Sr. Custodio Martins** – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Agricultura, informe o governo:

Qual a razão de não terem sido atendidas as reclamações para a diminuição do preço das passagens nos trens noturnos da Estrada de Ferro D. Pedro II, quando estas reclamações consultam o interesse público. P. 236

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo quantos empregados existem atualmente adidos a referida Secretaria de Estado. P. 236

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo quantas nomeações têm sido feitas de 20 de Julho do corrente ano até hoje, na estrada de ferro do Recife a S. Francisco, especificando nos empregos sobre quem recaíram. P. 236

Do **Sr. Olympio Campos** – Requeiro que, pelo Ministério do Império, se requisite do presidente da província de Sergipe cópia da representação que o 1º juiz de paz da paróquia do Lagarto dirigiu contra o respectivo vigário, cônego João Baptista de Carvalho Daltro, pelo fato de efetuar-se ali os enterramentos, batizados e casamentos sem preceder o registro civil. P. 252

Do **Sr. Custodio Martins** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, o governo informe:

1º Qual a razão de ordem pública que motivou a presença de um contingente de força de linha no arraial do Abre Campo, enviado pelo chefe de polícia da província de Minas Gerais.

2º Se naquele arraial foi alterada a ordem pública, e, no caso afirmativo, qual o motivo dessa alteração. P. 252

Do **Sr. Oliveira Ribeiro** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se obtenham do presidente de Sergipe informações sobre os distúrbios havidos na cidade do Lagarto, provocados pelos dois seguintes fatos: 1º, por terem uns indivíduos, sem licença da autoridade competente, exumado um cadáver, forçando para isso a entrada do cemitério público; 2º, por pretenderem esses mesmos indivíduos mudar o local da feira semanal, contra a ordem da autoridade policial, tudo isto com a intervenção e animação do juiz de direito da comarca Catão Geroncio de Castro. P. 252

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste informações o governo acerca dos fatos graves ultimamente ocorridos na cidade de s. Fidelis, província do Rio de Janeiro, os quais determinaram o comparecimento do chefe de polícia, que, cedendo à pressão dos escravistas, teve de pronunciar no art. 269 do Código Criminal o cidadão João Antonio de Galdo. P. 252

Requeiro que, pelo Ministério da Guerra, informe o governo quantos oficiais validos, reformados e honorários do exército, existem no Asilo de Inválidos da Pátria, na ilha do Bom Jesus, tomando o lugar daqueles para os quais foi criada essa instituição. P. 252

Requeiro que, pelo Ministério da Guerra, informe o governo se é exato terem-se aplicado castigos corporais no quartel do 3º regimento de artilharia montada, atualmente estacionado na capital da província do Paraná. P. 286

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste informações o governo acerca das arbitrariedades praticadas na vila do Camisão, província da Bahia, pelo respectivo coletor e juiz municipal, os quais procuram por todos os meios ilaquear os direitos conferidos pela legislação vigente aos escravos, perseguindo os que invocam a seu favor os benefícios da lei. P. 286

Do **Sr. Pedro Beltrão** – Requeiro que pelo Ministério da Justiça, me sejam ministradas informações sobre a procedência da notícia, que publica o *Diário de Pernambuco*, de estar resolvida a nomeação para a Relação de Goiás do desembargador José Manoel de Freitas, juiz dos feitos da Fazenda da capital de Pernambuco. P. 287

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo se tem conhecimento de graves abusos que se estão praticando na cidade de Santos, a propósito da remoção de variolosos para o Lazareto da ilha de Bernabé, e no caso afirmativo, que providências tem dado para reprimi-los. P. 300

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça informe o governo se tem conhecimento das arbitrariedades praticadas em Tietê, província de São Paulo pelas autoridades policiais

mancomunadas com o juiz de direito da comarca, e, no caso afirmativo, que providências tem dado para contê-las. P. 300

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se é exato tratar uma companhia belga de comprar a empresa do abastecimento d'água desta Corte pela quantia de 28.000:000\$000. P. 322

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo qual o fundamento em que se baseia para declarar consubstancial o decreto de 15 de Julho de 1884, que proveu Marcellino Machado no ofício de tabelião e escrivão de Picos, província do Maranhão. P. 322

Do Sr. Henrique Salles – Requeiro informe o governo, por intermédio do Ministério da Justiça, se tem conhecimento dos atos violentos e atentatórios praticados pelo delegado de polícia do termo de Pádua, província do Rio de Janeiro, que, dizendo-se depositário em uma execução do Banco do Brazil, invadiu a fazenda do comendador Francisco Thomaz Leite Ribeiro, e, à viva força, sem forma de juízo, mandado executado por oficiais públicos, e termo de depósito, apoderou-se das chaves da casa de vivenda, celeiro, armazém e depósito, penetrando, para isso, a noite, no escritório, cozinha e aposentos da família do proprietário, sem que pudesse este, atenta a hora do atentado e a sua avançada idade, repelir a criminosa invasão.

Tomou o governo alguma providência para fazer punir a autoridade criminosa e garantir naquele termo os direitos individuais dos cidadãos ali ameaçados e ofendidos pelas próprias autoridades? P. 322

Requeiro se peça ao governo, por intermédio do Ministério da Fazenda, cópia do despacho do Tesouro que deu provimento ao recurso em que a *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil, limited*, pedia alívio da multa que lhe fora imposta pela Tesouraria de Minas Gerais, em que incorrera a recorrente por ter feito aquisição de lavras, águas e terrenos de mineração de ouro, sem pagar o devido imposto de transmissão de propriedade. P. 322

Do Sr. Affonso Celso Junior – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se já se acham completamente liquidadas as contas do açude de Quixadá, e, no caso afirmativo, qual o resultado dessa liquidação. P. 342

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se pretende prorrogar o contrato com a *United State and Brazil Mail Steamship Company, limited*, o qual termina a 13 de Novembro próximo futuro, e, no caso afirmativo, por que motivo não solicitou para isso a necessária autorização. P. 342

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se já tem conhecimento da liquidação feita em Londres relativa aos semestres de Junho a Dezembro do ano findo, quanto á *Central Sugar Factories of Brazil Company*, e, no caso afirmativo qual o resultado dessa liquidação. P. 356

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se já recebeu as informações que solicitou das presidências de províncias, por circular n. 1 de 4 de Março do corrente ano, sobre a indústria de mineração, e, no caso afirmativo, qual o teor de tais informações. P. 357

Requeiro que o projeto (n. 49) e substitutivo sejam remetidos à comissão de legislação e constituição, para sobre eles emitir parecer. P. 364

Do **Sr. Duarte de Azevedo** – Que fica adiada a discussão (do projeto n. 49) por 48 horas. P. 365

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se já recebeu da Companhia Baiana os esclarecimentos que exigia sobre o seu trafego e que não haviam sido remetidos até a publicação do relatório daquela repartição; e, no caso afirmativo, quais são esses esclarecimentos. P. 377

Requeiro que, pelo Ministério da Guerra, se requisite do governo cópia de uma representação dirigida há tempos ao Sr. General inspetor do Laboratório Pirotécnico do Campinho pelo então mestre da oficina de Serralheiro, documentos em que consta serem denunciados graves abusos na administração do referido laboratório. P. 377

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura informe o governo se tem conhecimento do grave abuso praticado na matrícula de escravos da fazenda do Brejo das Minas, município de Montes Claros, província de Minas Gerais, no qual consta que foi raspado (e de modo a ficar patente ao mais ligeiro exame) o nome de um escravo falecido, sendo substituído pelo de uma mulher que estava livre em razão de não ter sido incluída na matrícula antiga, e que, entretanto, foi vendida como escrava a José Soares da Cruz, graças a esta fraude, e, no caso afirmativo, que providências foram tomadas a respeito. P. 401

Do **Sr. Pedro Beltrão** – Requeiro pelo Ministério da Agricultura, cópia do relatório apresentado pelo engenheiro Licurgo José de Mello sobre terras devolutas em Pernambuco. P. 401

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o Governo se tem conhecimento de que, no dia 12 do corrente, um grupo de mais de 300 pessoas, capitaneadas pelo delegado de polícia da cidade da Varginha, província de Minas Gerais, dirigiram-se á vizinha cidade de Três Pontas, afim de tirarem do poder do promotor público da comarca uma escrava legalmente depositada, fugindo aquele funcionário com receio de ser assassinado; e, no caso afirmativo, que providências foram tomadas para punir semelhantes atentados. P. 401

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, informe o governo se já recebeu da Companhia do Maranhão, que subvenciona com 170:000\$ anuais, as informações sobre o respectivo tráfico, que não haviam sido remetidas até a publicação do relatório daquela repartição, e, no caso afirmativo, quais são essas informações. P. 436

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento de um bárbaro assassinato praticado recentemente na freguesia de Olhos d'Água, município de Montes Claros, província de Minas Gerais, na pessoa de um escravo pelo seu senhor, fato de notoriedade geral e de que tem conhecimento o promotor público da comarca, que, entretanto, nenhuma providência tomou a respeito. P. 436.

Do **Sr. Rodrigues Junior** – Requeiro que se requisitem do governo, pelo Ministério da Justiça:

1º Cópia do ofício do juiz municipal dos termos reunidos do Jardim e Milagres, a respeito da falsificação da lista de jurados do primeiro desses termos, para o fim de se fazer eleitores, e a cópia dos documentos que acompanharam o dito ofício, dirigido à presidência do Ceará, em data de 31 de maio de 1886.

2º Que providências tomaram para esclarecer esse fato, processar e punir os delinquentes. P. 455.

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se tem conhecimento de tropelias e assassinatos recentemente praticados por índios selvagens no sul da província de São Paulo, como noticiam correspondências de Santa Cruz do Rio Pardo, e, no caso afirmativo, que providência tomou para garantir a vida e a propriedade dos povos daquela zona. P. 456.

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se é exato haver o Sr. presidente do conselho telegrafado aos presidentes de províncias, ordenando-lhes que proíbam qualquer reunião pública de caráter político, conforme noticiou uma folha desta capital. P. 456

Requeiro que, pelo ministério da marinha informe o governo se é exato ter mandado entregar um menor de 16 anos, que há anos servia como aprendiz da escola n. 8, a um indivíduo que o reclamou, alegando ter direito a seus serviços como ingênuo. P. 478

Requeiro que, pelo ministério da justiça, informe o governo qual o motivo por que foi preso na cidade de Baependi, província de Minas Gerais, o capitão Eugenio de Carvalho, oficial da ordem da Rosa, desatendendo-se no ato da prisão às suas imunidades. P. 478

Do **Sr. Paula Primo** – Requeiro que, pelo ministério do Império, se solicite cópia da portaria expedida pelo presidente da Paraíba, adiando para o dia 15 de Outubro os trabalhos da Assembleia Provincial. P. 478

Do **Sr. Custodio Martins** – Requeiro que, por intermédio do ministério da justiça, informe o governo:

1º Se tem conhecimento do conflito que se deu no distrito de Nossa Senhora da Penha de Pocrane no dia 31 de Julho do corrente ano, provocado pelo subdelegado Adrião José dos Santos, recusando-se a entregar ao vigário de Cuité, com jurisdição paroquial no referido distrito, a chave da capela em que devia ser celebrada a missa e outros atos religiosos, obrigando o pároco e o povo a arrombarem a porta da referida capela.

2º No caso afirmativo, quais as providências tomadas pelo chefe de polícia da província de Minas Gerais para impedir a repetição desse atentado e novos conflitos. P. 502

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo ministério da guerra, informe o governo se é exato haver a intertendência aberto uma apólice de 500:000\$ na Companhia Geral de Seguros, para entrega do material e equipamento, e, no caso afirmativo, quais as condições do respectivo contrato. P. 502

Requeiro que, pelo ministério do Império, informe o governo se tem conhecimento de furtos de moedas e de livros ultimamente ocorridos na Biblioteca Nacional, e, no caso afirmativo, que providências foram tomadas para descobrir os delinquentes. P. 502

Requeiro que, pelo ministério da justiça, informe o governo se há alguma alteração de ordem pública na província de São Paulo, e, no caso negativo, qual a razão por que para ali partiram 50 praças do 1º batalhão de infantaria, municionadas de cartuchames, conforme notícia a imprensa diária. P. 502

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se já se acha concluída a liquidação das contas da comissão encarregada da desobstrução do rio Parnaíba, entre Maranhão e Piauí, cujos trabalhos foram suspensos por ordem do mesmo governo, e, no caso afirmativo, qual o resultado dessa liquidação e que providências julgou tomar para o prosseguimento daquele serviço. P. 524

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo qual é a estrada de ferro, que custou e custará muito dinheiro e produz grande déficit e que foi criada e construída sem um ato legislativo e sem estudos – conforme revelação feita pelo Sr. Ministro da Fazenda. P. 524

Do **Sr. Pedro Beltrão** – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo quantas passagens de 1ª classe por conta do Estado foram concedidas até Pernambuco, no pacote brasileiro de ontem, e por qual verba do orçamento a todos esses concessionários foram abonadas comedorias. P. 524.

Do **Sr. Lacerda Werneck** – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, sejam remetidos a esta Câmara os autos da avaliação das propriedades que o governo pretendeu desapropriar a Luiz da Costa Rodrigues, José Teixeira Penga e herdeiros de Bento Antonio Moreira, situados na serra do Comércio, município de Iguassú, bem como o laudo firmado pelo Barão da Laguna. P. 550

Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo qual a solução dos inquéritos procedidos para a descoberta dos roubos praticados nas tesourarias de fazenda de Pernambuco e S. Pedro do Rio Grande do Sul. P. 550

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se já teria cumprimento a ordem exarada no aviso n. 149 de 1 de Setembro de 1884, afim de que as companhias organizadas para fundações de engenhos centrais no 1º distrito, com garantia de juros do Estado, depositassem, no prazo de 60 dias, a contar da intimação, em um estabelecimento bancário, a importância do fundo de reserva exigida pelo art. 4º do regulamento de 24 de Dezembro de 1881, devendo os respectivos juros ser levados à conta da garantia. P. 550

Do **Sr. Rodrigues Junior** – Requeiro que, pelo Ministério do Império informe o governo:

Se tem conhecimento de haver sido encerrada a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará sem haver votado a lei do orçamento para o próximo exercício; e, no caso afirmativo, qual o motivo que determinou a não prorrogação da sessão até que fosse votada aquela lei. P. 550

Do **Sr. Affonso Celso Junior** – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se continua a comissão do engenheiro Theodoro Tuffessar, encarregado de fazer propaganda em favor da emigração para o Brazil nos reinos da Suécia, Noruega e Dinamarca; e, no caso afirmativo, desde quando existe essa comissão, qual o dispêndio que tem acarretado, e quantos emigrantes daquela procedência têm entrado no Império. P. 552

Requerimentos apresentados por diversos

De **Aleixo Gary & Comp.**, propondo-se a fazer o serviço de remoção e incineração do lixo, fora da cidade, sob diversas condições constantes da proposta que junta. P. 1

Dos **herdeiros Bowman**, negociantes ingleses da cidade do Recife, pedindo a restituição de 34:070\$035, a que se julgam com direito. P. 1

Da **Câmara Municipal da vila de Campos Novos de Paranapanema**, pedindo a classificação da nova comarca de Santa Cruz do Rio Pardo. P. 39

Dos **eleitores da vila do Rio Verde**, em São Paulo, pedindo decretação de verbas para o juiz de direito da comarca do mesmo nome. P. 39

Requerimento do capitão do 18º batalhão de infantaria Vicente Osorio de Barros, pedindo transferência para a arma de artilharia. P. 68

Do **bacharel Albino Pinheiro de Siqueira**, juiz de direito da comarca de Santa Maria Magdalena, província do Rio de Janeiro, pedindo um ano de licença para tratar de sua saúde. P. 91

De **Elvira Adelaide Monteiro de Mello**, pedindo reversão do meio-soldo que percebia sua falecida mãe. P. 131

Da **associação S. Vicente de Paulo**, pedindo isenção de direitos para o material destinado ao templo em construção na praia de Botafogo. P. 131

Da **Companhia Mogiana**, pedindo prorrogação de seu privilegio por 30 anos para a navegação do rio Grande, desde a ponte do Jaguará. P. 131

De **Martiniano José Cardoso**, 1º escrivão da Tesouraria de Fazenda do Ceará, pedindo um ano de licença com o respectivo ordenado. P. 165

De **José de Souza Moreira**, oficial de fazenda reformado, pedindo trancamento de suas contas e restituição das quantias que lhe têm sido descontadas. P. 230

De **Luiz Ferreira Maciel Pinheiro**, juiz de direito, removido da comarca de Timbaúba para a de Breves, pedindo dois anos de licença para tratar de sua saúde. P. 285

De **A. Lavignasse Filho**, propondo-se organizar uma empresa de loterias econômicas, mediante certos favores. P. 285

Requerimento da Santa Casa da Misericórdia da cidade da Feira de Sant'Anna, da província da Bahia, pedindo isenção do pagamento do imposto de transmissão para ser legalizada a compra que fez de uma propriedade para construção de um hospital. P. 300

De **Alexandre Leslie**, em aditamento ao que apresentou em 7 de Julho último, reclamando contra o projeto da diminuição das taxas de aniagem e canhamaço. P. 321

De **Joaquim Malheiros de Góes**, ex-cabo de esquadra da companhia de infantaria do Rio Grande do Norte, pedindo pagamento das prestações a que se julga com direito. P. 321

De **Francisco Rodrigues Pereira Lima Junior**, 2º tabelião de notas, escrivão do crime e cível e privativo do termo de Santa Luzia do Norte, da província das Alagoas, pedindo dois anos de licença para tratar de sua saúde. P. 341

De **Zeferino Lopes Zedes**, carcereiro da cadeia de Catalão, na província de Goiás, pedindo aposentadoria. P. 341

De **João Candido de Mello e Souza, e outros**, invernistas da freguesia de Santa Rita de Cassia, em Minas Gerais, pedindo redução no imposto de 2\$ por cabeça de gado vacum, exportado para o mercado da Corte. P. 341

Requerimento do conselheiro José Severiano da Rocha, oficial-maior da Secretaria de Estados dos Negócios da Fazenda, solicitando aposentadoria com os vencimentos que percebe. P. 430

De **Maria da Trindade de Aquino**, viúva do capitão honorário do exército, José de Souza e Aquino, pedindo o meio soldo da patente de seu finado marido. P. 501

Do **Centro Catarinense**, desta corte representando conjuntamente com o corpo comercial da cidade da Laguna sobre o estado da barra da mesma cidade e pedindo o seu melhoramento. P. 523

Do **Dr. Maximiano Marques de Carvalho**, pedindo a decretação de diversas providências em benefício da saúde pública da capital do Império. P. 549

De **Felisberta Amelia de Abreu Prado**, viúva do alferes reformado do exército, José de Oliveira Prado, pedindo relevação da prescrição afim de poder receber o meio-soldo desde Dezembro de 1855 a Dezembro de 1875. P. 549

Da **Companhia The D. Pedro I Railway Company, Limited**, pedindo que, antes de entrar na ordem dos trabalhos da Câmara dos Srs. Deputados o projeto n. 94 de 1887, seja ouvido o governo a respeito dos privilégios concedidos pelos decretos de 13 de Janeiro de 1883 e 9741 de 9 de Abril último. P. 552

De **José Francisco Fidelis**, pedindo privilegio, por 30 anos, para explorar ouro na comarca de Cabo Frio, e estanho no distrito de Serrano, comarca de Aiuruoca, província de Minas Gerais. P. 552

De **João Arnoso**, 1º tenente reformado do exército, pedindo licença do exame de noções astronômicas afim de poder tirar carta de agrimensor. P. 552

Projetos de lei que foram discutidos

N. 49 – 1887 – Da comissão de fazenda pensões e ordenados – Sobre licença ao juiz de direito Joaquim Ignacio Silveira da Motta Junior. P. 9

N. 13 – 1887 – Da mesma comissão, sobre licença ao desembargador Julio Barbosa de Vasconcellos. P. 10

N. 23 – 1887 – Da mesma comissão, sobre licença ao desembargador Constantino José da Silva Braga. P. 10

N. 41 – 1887 – Da mesma comissão, sobre licença ao desembargador José da Motta de Azevedo Corrêa. P. 10

N. 31 – 1887 – Da mesma comissão sobre licença ao conselheiro Silverio Fernandes de Araujo Jorge. P. 16

N. 30 – 1887 – Da mesma comissão, sobre licença ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra. P. 16

N. 32 – 1887 – Da mesma comissão, sobre licença ao juiz de direito Esmerino Gomes Parente. P. 16

N. 62 – 1887 – Da mesma comissão, sobre licença ao desembargador Casimiro de Senna Madureira. P. 39

N. 37 – 1887 – Da comissão de orçamento, fixando a despesa do ministério da agricultura para o exercício de 1888. P. 43

N. 43 – 1887 – Da comissão de marinha e guerra, sobre despesa do ministério da guerra para o exercício de 1888. P. 43

N. 66 – 1887 – Da comissão de orçamento sobre despesa do ministério da fazenda para o exercício de 1888. P. 132

N. 34 – 1887 – Da comissão de fazenda pensões e ordenados, sobre aposentadoria ao coronel Domingos José Alvares da Fonseca. P. 132

N. 46 A – 1887 – Da comissão de constituição e legislação sobre reforma do processo da eleição dos membros das assembleias provinciais. P. 132

N. 76 – 1887 – Da comissão de orçamento, orçando a receita geral do Império. P. 400

N. 49 – 1886 – Da comissão de constituição e legislação sobre penalidade para o uso de armas proibidas e para os vadios vagabundos e desordeiros. P. 359

N. 30 – 1886 – Da comissão de constituição e legislação sobre designação de comarca e contagem de tempo ao juiz de direito eleito deputado. P. 501

N. 69 – 1887 – Da comissão de fazenda pensões e ordenados sobre licença ao Dr. Candido Barata Ribeiro. P. 529

N. 78 – 1887 – Da mesma comissão sobre licença ao bacharel Luiz Fernandes Maciel Ribeiro. P. 529

Projetos de lei que ainda não foram discutidos, mas sobre os quais já há pareceres das respectivas comissões

N. 63 – 1887 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre revisão das contas do expagador, Estanislau José de Freitas. P. 39

N. 64 – 1887 – Da mesma comissão sobre relevação de dívida e concessão de outros favores a companhia Estrada de ferro Ramal Bananalense. P. 68

N. 70 – 1887 – Da mesma comissão sobre remissão de dívida em favor de D. Maria Amelia do Valle Rego e outros. P. 232

N. 71 – 1887 – Da mesma comissão sobre isenção de direitos em favor do monumento do Ipiranga, em São Paulo. P. 232

N. 72 – 1887 – Da mesma comissão sobre bens de raiz até 100:000\$ como patrimônio da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Passos. P. 232

N. 73 – 1887 – Da mesma comissão sobre isenção de direitos para os objetos destinados à reconstrução do paço da câmara municipal da capital da Bahia. P. 233

N. 74 – 1887 – Da comissão de constituição e legislação sobre posturas da câmara municipal da corte. P. 233

N. 75 – 1887 – Da comissão de marinha e guerra sobre transferência do major José Joaquim Coelho para o estado-maior de 2ª classe. P. 235

N. 38 A – 1887 – Da comissão de constituição e legislação sobre furto de qualquer espécie de gado. P. 321

N. 77 – 1887 – Da comissão de fazenda sobre licença ao bacharel Albino Pinheiro de Sequeira. P. 322

N. 79 – 1887 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre elevação de pensão ao alferes Antonio Paes de Sá Barreto. P. 356

N. 83 – 1887 – Da comissão de orçamento sobre credito ao ministério da fazenda. P. 4330

N. 88 – 1887 – Da comissão de saúde pública sobre revogação de artigos do regulamento para a inspetoria de higiene pública. P. 435

N. 87 – 1887 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre meio soldo a D. Manoela das Dôres Silva Charão. P. 435

N. 89- 1887 – Da comissão de saúde pública sobre vacinação e revacinação. P. 475

N. 90 – 1887 – Da comissão de marinha e guerra sobre melhoramento de reforma ao capitão reformado do exército, José Joaquim Pinto de Azevedo Goytacaz. P. 475

N. 91 – 1887 – Das comissões reunidas de administração provincial e municipal e de obras públicas, sobre abertura de uma nova rua em frente a de Felipe Nery e alargamento da de S. Bento. P. 476

N. 92 – 1887 – Da comissão de orçamento e contas, sobre o credito de 18.220:663\$096 para as estradas de ferro de Bahia a S. Francisco e a de Bagé a Uruguaiana. P. 476

N. 63 A – 1887 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre aposentadoria ao juiz de direito Manoel do Nascimento Teixeira. P. 523

N. 94 – 1887 – Das comissões reunidas de fazenda e agricultura sobre a pretensão do Dr. Eduardo José de Moraes para abertura de um canal de navegação entre Santa Catharina e Rio Grande do Sul. P. 549

Projetos de lei sobre os quais ainda não há parecer das respectivas comissões

Do **Sr. Geraldo de Rezende e outros**, sobre elevação de prazo dos privilégios concedidos ás companhias Mogiana e Paulista. P. 131

Do **Sr. Costa Aguiar**, sobre organização do poder legislativo. P. 181

Do **Sr. Euphrasio Correia**, sobre promoções de empregados que tiverem feito concurso para 1ª entrância das alfândegas do Império. P. 357

Do **Sr. João Caetano**, sobre criação de mais um bispado na província de Minas Gerais. P. 402

Pareceres de comissões

N. 73 – 1887 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre reversão de pensão em favor de D. Ignacia Candida da Graça Menezes. P. 69

N. 76 – 1887 – Da mesma comissão sobre aumento de vencimentos dos empregados da Imprensa Nacional. P. 69

N. 19 – 1887 – Da comissão de polícia sobre votação de matérias encerradas em sessão de legislatura finda e em sessão da mesma legislatura. P. 111

N. 78 – 1887 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre relevação de prescrição para percepção de pensão em favor de Francisco Alexandre Coimbra de Macedo. P. 231

N. 79 – 1887 – Da mesma comissão sobre aumento de vencimentos dos secretários do externato e internato do Colégio Pedro II. P. 231

N. 80 – 1887 – Da mesma comissão sobre reclamação do capitão honorário Manoel de Castro Pinheiro. P. 231

N. 81 – 1887 – Da mesma comissão sobre aumento de vencimentos dos escreventes do Arsenal de Marinha da Corte. P. 231

N. 82 – 1887 – Da comissão de marinha e guerra sobre montepio a Associação Liga Operaria Pernambucana. P. 285

N. 37 B – 1887 – Da comissão de orçamento sobre emendas ao orçamento do Ministério da Agricultura. P. 288

N. 83 – 1887 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre remissão de dívida ao Barão de Capanema. P. 321

N. 84 – 1887 – Da mesma comissão sobre aposentadoria ao juiz de direito bacharel Manoel do Nascimento Teixeira. P. 321

N. 78 – 1887 – Da mesma comissão sobre licença ao bacharel Luiz Ferreira Maciel Pinheiro. P. 341

N. 83 – 1887 – Das comissões reunidas de administração provincial e municipal e de fazenda sobre construção de casas para proletários. P. 356

N. 86 – 1887 – Das comissões de fazenda e instrução publica sobre a criação de um bispado na província do Amazonas. P. 356

N. 87 – 1887 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre pensão a D. Maria Antonia Corrêa de Sá Rosas. P. 356

N. 66 E – 1887 – Da comissão de orçamento sobre emendas ao orçamento de despesa do Ministério da Fazenda. P. 450

N. 66 D – 1887 – Da mesma comissão idem. P. 451

N. 66 F – 1887 – Da mesma comissão idem. P. 451

N. 90 – 1887 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre aposentadoria ao carcereiro da cadeia da cidade de Catalão, em Goiás. P. 455

N. 91 – 1887 – Das comissões reunidas de fazenda e obras públicas sobre concessão de terrenos a Augusto Cambraia & Comp. P. 455

N. 92 – 1887 – Das comissões reunidas de fazenda e agricultura, comércio e obras públicas sobre abertura e alargamento da rua Sete de Setembro. P. 455

N. 66 F – 1887 – Da comissão de orçamento sobre emendas ao orçamento de fazenda. P. 455

N. 93 – 1887 – Da comissão de orçamento e contas sobre gratificação a Balduino José Nunes, guarda-mobília do palácio do governo da província do Paraná. P. 523

N. 94 – 1887 – Da comissão de constituição e legislação sobre licença ao Sr. deputado Antonio Coelho Rodrigues. P. 523

N. 93 – 1887 – Da comissão de orçamento e contas sobre pagamento de ordenados ao diretor e médico do Asilo de Mendicidade da Corte. P. 523

N. 96 – 1887 – Da comissão de orçamento e contas sobre criação do lugar de fiel na tesouraria de fazenda do Ceará. P. 523

Propostas

Do **Ministério da Fazenda**, para a abertura de um crédito de 6.829:631\$547. P. 256

Do **Ministério da Marinha**, para abertura de um crédito de 5.000:000\$000. P. 460

Representações

De **diversos cidadãos da província de Minas Gerais**, aderindo à política econômica e financeira do S. Andrade Figueira. P. 134

Da **Câmara Municipal da cidade da Bahia**, pedindo a demolição do antigo edifício do hospital militar. P. 300

Da **Câmara Municipal de Uruguaiana**, pedindo concessão de terrenos. P. 357

Indicações

Do **Sr. Affonso Celso Junior**. P. não informado

Eleição

Da **Mesa**. P. 9

Interpeleções

Dos **Srs. Ferreira Vianna e Maciel**, ao Sr. Ministro da marinha. P.41

Do **Sr. Maciel**, ao Sr. Ministro da justiça. P. 92

ORADORES

A

Affonso Celso Junior, págs. 2, 41, 73, 96, 97, 99, 111, 147, 199, 261, 287, 304, 331, 364, 402, 406, 495, 502, 533, 552

Almeida Nogueira, págs. 353, 417.

Alvaro Caminha, págs. 2, 71, 336.

Alves de Araujo, págs. 21, 399, 412, 437.

Andrade Figueira, págs. 31, 97, 134, 137, 329, 387, 450, 467, 484, 486, 506, 570.

Araujo Pinho, págs. 436, 551.

B

Barão do Guahy, pág. 452.

C

Cantão, págs. 296, 381.

Carlos Peixoto, págs. 322, 357.

Castrioto (*deputado Ministro da marinha*), págs. 503, 534.

Cesario Alvim, págs. 239, 312.

Christiano da Luz, pág. 186.

Clarindo Chaves, pág. 378.

Cockrane, pág. 525.

Coelho de Almeida, págs. 332, 453.

Coelho e Campos, págs. 41, 109.

Coelho Rezende, págs. 41, 112, 203, 212, 509.

Costa Aguiar, págs. 166, 181.

Costa Pereira, pág. 179.

Custodio Martins, pág. 78.

D

Dias Carneiro, pág. 220.

Domingues da Silva, pág. 277.

Duarte de Azevedo, págs. 71, 364, 485, 486.

E

Esperidião, pág. 518.

Euphrasio Correia, pág. 155.

F

F. Belisario (*senador Ministro da fazenda*) págs. 354, 365, 385, 396, 411, 423, 562.

Felippe de Figueirôa, pág. 101.

Ferreira Vianna, págs. 448, 534, 541.

G

Geraldo de Rezende, pág. 41.

H

Henrique Salles, págs. 207, 502, 560.

J

Jaguaribe Filho, págs. 74, 134, 236, 333.

João Caetano, pág. 401.

João Henrique, págs. 287, 478.

João Penido, págs. 99, 139, 186, 236, 280, 342, 507, 516.

Joaquim Pedro, págs. 115, 342, 357.

José Marcellino, pág. 56.

José Pompeu, págs. 271, 287.

Junqueira Ayres, pág. 292.

L

Lacerda Werneck, pág. 248.

Leitão da Cunha, pág. 82.

Lemos, pág. 304.

Lourenço de Albuquerque, págs. 294, 373, 465, 532.

Luiz Freire, págs. 241, 288, 357.

M

Mac-Dowell (deputado Ministro da justiça), págs. 191, 360, 404, 515.

Maciel, págs. 74, 92, 98, 187, 357, 436.

Macio Ribeiro, pág. 463.

Marcondes Figueira, págs. 241, 253, 300, 471.

Matta Machado, págs. 44, 94.

Mattoso Camara, págs. 5, 313, 450, 471.

Milton, págs. 171, 252.

Miranda Ribeiro, pág. 89, 548.

Montandon, págs. 223, 407.

Mourão, págs. 207, 240.

O

Oliveira Ribeiro, págs. 123, 343.

Olympio Valladão, pág. 262.

P

Pacifico Mascarenhas, pág. 217.

Passos Miranda, pág. 457.

Paula Primo, pág. 478.

Pedro Beltrão, págs. 178, 186, 237, 335, 377, 508, 524, 553.

Pedro Luiz, págs. 176, 286, 499.

R

Ratisbona, págs. 11, 14, 99, 129, 265, 338, 490.

Ribeiro da Cunha, pág. 301.

Rodrigo Silva (deputado Ministro da agricultura), págs. 75, 92, 97, 98, 112, 139, 181, 343, 456, 466, 470, 502, 524, 550, 552, 553.

Rodrigues Alves, pág. 310.

Rodrigues Junior, págs. 17, 323, 554.

Rosa e Silva, pág. 569.

S

Silva Tavares, pág. 436.

S. Mascarenhas, pág. 106.